

## ÁFRICA 21 – MAIO

### INVESTIMENTO, SISTEMAS FISCAIS E DESBUROCRATIZAÇÃO: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA ANGOLA

**Alves da Rocha**  
**Professor Associado da Universidade Católica de Angola**  
**Director Académico do Centro de Estudos e Investigação Científica da UCAN**  
[alves.ceic@ucan.edu](mailto:alves.ceic@ucan.edu)

O investimento em Angola tem atingido valores bastante significativos nos três últimos anos, da ordem dos 30% do Produto Interno Bruto. No entanto, a diversificação da estrutura produtiva, a aposta nas exportações com elevado valor agregado, a musculação da economia não mineral, a criação de infraestruturas físicas de qualidade e a criação de emprego são apelativos de muito mais investimento interno.

Sem discutir, neste momento, as vantagens de internacionalização da Sonangol e do BIC, sublinho, no entanto, que os excedentes financeiros da concessionária nacional dos hidrocarbonetos teriam efeitos económicos e sociais muito mais significativos se fossem aplicados na agricultura, na manufactura, em parcerias com o Estado para a aceleração do programa de re-infraestruturação do país, etc. Esta opção do investimento seguramente que propiciaria mais crescimento interno do que se aplicado em participações financeiras em instituições empresariais, privadas ou públicas, no estrangeiro.

É consabido que não há crescimento económico sem investimento. É um dos postulados básicos da Ciência Económica. E quando se fala em investimento necessariamente tem de se considerar todos os tipos de que esta categoria macroeconómica se reveste: investimento em capital físico, em capital humano, em capital ambiental e em capital social. Resulta, portanto, que a quantidade e a qualidade do crescimento económico são resultado da interacção entre o investimento privado e o investimento público. É esta a parceria mais importante para o crescimento económico.

O ambiente geral que propicia um aumento significativo e sustentável do investimento deve beneficiar as empresas – as conhecidas células básicas da actividade económica – e a sociedade. Este ponto de vista social do investimento é particularmente importante para os países que precisando de crescer a taxas anuais significativas, necessitam, também, de resolver problemas sociais básicos, como a pobreza. E é neste ponto que duas questões devem ser colocadas: será que todo o investimento arrasta, necessária e imediatamente, crescimento económico? Será que todo e qualquer crescimento económico é socialmente útil, no sentido de distribuir riqueza e gerar emprego? Sabe-se, através de muitas evidências empíricas, que cada vez mais o crescimento económico é menos gerador de emprego e, igualmente, que o emprego líquido criado é cada vez mais precário. São as lógicas da concorrência e da

liberalização dos mercados, fazendo com que os tempos dos empregos permanentes tenham definitivamente desaparecido. Hoje, muitos padrões culturais ligados com comportamentos empresariais garantem uma relação permanente entre o capital e o trabalho estão em desaparecimento, tornando a necessidade de criação duradoura de empregos num desafio permanente.

E o que acontece com a relação entre o investimento e o crescimento? Não é suficiente crescer-se o *stock* de capital fixo numa sociedade para que o crescimento económico aconteça. Se a função de produção da economia estiver na sua fase de rendimentos marginais decrescentes, por mais investimento líquido que se junte, os ganhos do crescimento serão proporcionalmente menores. Isto quer dizer que as políticas públicas e as estratégias empresariais devem ter capacidade de agir no sentido de maximizarem os resultados dos investimentos, que são opções sociais por consumos futuros, em detrimento de consumos presentes. E é neste contexto que a candente questão da qualidade dos investimentos públicos se coloca. Os investimentos públicos têm de criar externalidades positivas para o investimento privado – contribuindo, assim, para a criação de tal bom ambiente geral para os investimentos e a competitividade – e serem socialmente úteis, não apenas porque satisfazem directamente necessidades colectivas de satisfação passiva – cujos bens não têm um preço de mercado – mas, também, porque ajudam a criar actividade económica, a gerar emprego (directo, indirecto e induzido) e a multiplicar os rendimentos das famílias.

Mas o bom ambiente para os negócios e o investimento privado é, do mesmo modo, vassallo dos sistemas fiscais. Não é em vão que os mais categorizados especialistas macroeconómicos enfatizam que uma quota-parte importante da competitividade numa economia depende da competitividade dos sistemas fiscais. É conhecida e relativamente convencional a discussão em torno da natureza dos sistemas fiscais, se mais progressivos, se mais proporcionais. Estes últimos afiguram-se mais interessantes para o investimento privado, propiciando lucros mais elevados e reinvestimentos mais constantes. No entanto, as políticas públicas debatem-se, aqui, com uma contradição fundamental: os sistemas fiscais proporcionais são mais injustos, não facilitando uma política pró-activa de redistribuição do rendimento nacional e de combate directo contra a pobreza, mormente a que se instala nas famílias de mais baixos rendimentos e de maior número de agregado familiar. Por outro lado, os sistemas fiscais progressivos são socialmente mais justos, mas provocam efeitos perversos sobre a oferta de trabalho e o aumento da produção, porque as funções de preferência das famílias e dos empresários introduzem o conceito de custo de oportunidade que pode levar a preferir-se o lazer em vez do trabalho – diminuindo, por consequência a oferta deste factor de produção – e a manutenção da produção em prejuízo do seu incremento.

A redução de custos empresariais que os sistemas fiscais potencialmente propiciam está, igualmente, relacionada com a economia desses mesmos sistemas fiscais. Independentemente da sua natureza progressiva ou proporcional, a cobrança dos impostos tem a sua própria economia interna, havendo impostos economicamente mais rentáveis do que outros. Esta rentabilidade dos impostos deve ser vista do duplo ponto de vista do Estado e das empresas. Sempre que um imposto determina mais custos do que receitas com a sua cobrança, o Estado incorre num défice de eficácia que se repercute sobre o funcionamento das actividades privadas e, claro, sobre as intenções e as decisões de investimento. Tudo isto, afinal, está relacionado com o excesso de burocracia do Estado, que origina custos que muitas vezes correspondem a várias vezes o que as empresas pagam de impostos.

Políticas de desburocratização são fundamentais para o bom clima de negócios e de investimento, assim como medidas que visem atrair actividades privadas e a geração

de emprego. É isto, afinal, o que o progresso exige: reformas permanentes nas instituições e nas políticas económicas, com vista a garantir um crescimento económico continuado. No entanto, não basta. É, analogamente, fundamental que se diminua o hiato entre as políticas públicas e a sua implementação, sendo as vastas economias paralelas um sintoma deste desfasamento entre o querer e o fazer. Os governos e os governantes devem estar comprometidos com o combate contra a corrupção e outras formas de captação de rendas, com a construção duma credibilidade interna e internacional positiva e com a promoção duma maior confiança nas suas políticas. Os sistemas de informação detêm um papel insubstituível neste processo de aproximação entre o querer e o fazer, uma vez que facilitam a avaliação dos impactos das políticas públicas e a sua revisão atempada.

O empreendedorismo está relacionado com o investimento. Um empresário empreendedor é um agente que investe sempre, em capital fixo, mas principalmente, em capital humano e em inovação. A característica essencial do que ficou conhecido como o empresário schumpeteriano é, precisamente, a sua capacidade empreendedora, de assunção do risco e de controlo da incerteza. É o empreendedorismo que garante a qualidade do investimento privado. Os especialistas desta matéria enumeram algumas condições necessárias para que o empreendedorismo aconteça.

A primeira tem a ver com a globalização das economias e a liberalização dos mercados. É, no fundo, o aumento da concorrência, que mercados desregulamentados e economias abertas geram, que estimula a capacidade empreendedora dos agentes económicos. Teoricamente reconhecem-se resultados sobre o aumento do investimento e o crescimento económico, mas na prática os efeitos podem não ser na mesma proporção, haja em vista a crescente tendência para se substituir trabalho por capital e tecnologia.

A segunda condição tem a ver com o macroambiente nacional, de que falava anteriormente. Do ponto de vista dos agentes privados, este macroambiente engloba a paz, a estabilidade política e institucional, o funcionamento das instituições democráticas, a boa governança com previsibilidade das políticas públicas, a transparência e responsabilização e políticas de ajustamento macroeconómico adequadas.

A terceira condição é revertível às infraestruturas físicas e sociais, tais como energia, estradas, ferrovias, água, telecomunicações, educação e saúde. A construção destes serviços básicos tem duplo benefício: melhora a vida das pessoas pobres – a circulação de pessoas e mercadorias é uma das condições fundamentais para que os países que saíram de longos conflitos armados internos possam reduzir os seus índices de pobreza – e possibilita o crescimento dos negócios.

A última condição para que se instale o empreendedorismo é do foro do Estado de Direito. Esta expressão, já consagrada no jargão político e jurídico dos países, significa que as decisões governamentais são tomadas de acordo com leis e regras estabelecidas e conhecidas de todos. Significa, igualmente, a independência do terceiro poder – o poder judicial – dos restantes poderes, de modo a que os cidadãos possam esperar justiça e equidade.

Luanda, 22 de Maio de 2008.